

**ESPECIALIZAÇÃO
EM PRÁTICAS EDUCACIONAIS
INCLUSIVAS**

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

FACULDADE
**DE EDUCAÇÃO**

1. APRESENTAÇÃO

O curso de especialização em Práticas Educacionais Inclusivas contempla o estudo das diversas necessidades educacionais especiais de estudantes do ensino fundamental e médio. Além do estudo das políticas de educação inclusiva, as unidades curriculares que compõem os eixos - transtornos globais de desenvolvimento, síndromes e deficiências, altas habilidades ou superdotação - são desenvolvidas em uma abordagem teórico-prática e de cunho interdisciplinar.

A estruturação articulada em eixos e unidades curriculares visa à superação dos desafios contemporâneos da educação inclusiva, que ora generaliza a educação especial ora prioriza um aspecto das necessidades educacionais especiais dos estudantes, por meio de uma formação de professores e gestores com competências para compreender as especificidades educacionais dos estudantes em seus aspectos macro e micro, com vistas à intervenção pedagógica apropriada e acertada.

Ao considerar a Educação como direito social subjetivo (Brasil, 1988¹), aplicando-se esse direito a todos, sobretudo àqueles que necessitam de educação especial para garantir seu processo de formação integral, a Faculdade SESI de Educação, enquanto instituição de ensino superior que privilegia a formação continuada de professores, proporciona conteúdos e temáticas abrangentes sobre a educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alinhada com os postulados da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008)².

Além disso, a instituição de ensino superior promove diálogos interculturais sobre a cultura inclusiva nas escolas, oferece uma educação de qualidade para que os professores e gestores atendam as reais necessidades educacionais dos adolescentes e jovens do ensino fundamental e ensino médio, nos seus respectivos contextos escolares.

Assim, o desenvolvimento dos saberes vai se constituindo “no fazer” das atividades e dos projetos que nesse curso são valorizados e partilhados. Essa é, portanto, uma proposta consubstanciada em uma estrutura curricular que privilegia os saberes dos professores, dos gestores e o contexto das escolas para a ação pedagógica interventiva. Notadamente, o curso procura garantir ao público não apenas o domínio dos

¹ BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

conhecimentos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, mas também, senão principalmente, a competência de como praticá-los.

Para assegurar essa proposta pedagógica, enfatizamos a importância das práticas educacionais especiais e inclusivas como exercício para a ação docente, como fonte de informações para a problematização, reflexão, pesquisa científica e proposição de ações fidedignas à perspectiva inclusiva. Muitos profissionais da educação enfrentam o desafio de receber, acolher e garantir a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Para esse desafio, o curso de especialização Práticas Educacionais Inclusivas capacita os profissionais educadores, gestores e licenciados interessados em oferecer apoio educacional especializado aos estudantes que apresentam transtornos mentais, deficiências ou altas habilidades/superdotação, na construção do conhecimento, do desenvolvimento e da autonomia.

Mais que um conteúdo que identifica as necessidades educacionais especiais dos estudantes, em seus diversos contextos, este curso oferece subsídios importantes aos profissionais da educação sobre os processos de escolarização; sobre os contextos comuns e especiais de educação; sobre as competências para selecionar os recursos e as estratégias adequadas ao processo de ensino e aprendizagem desses estudantes; sobre a necessidade de implementação e de adaptações curriculares necessárias para a excelência da aprendizagem; sobre uma prática educativa que enfatize as competências dos estudantes e as competências socioemocionais em prol de uma inclusão social; sobre a consolidação de projetos integradores com a perspectiva da inclusão.

Portanto, a construção desta proposta, mais que um testemunho de que não foi possível qualificar profissionalmente todos os professores para atender os princípios da educação inclusiva de estudantes elegíveis da educação especial, nas últimas três décadas, é um manifesto que prevê essa necessidade de formação de professores, sobretudo do ensino fundamental e ensino médio, garantindo que se inclua a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Sendo assim, o referido curso tem como objetivos: proporcionar uma formação para gestores e docentes de diferentes áreas do conhecimento que compõe o currículo escolar, para garantir que no contexto de uma escola inclusiva esses profissionais da educação mobilizem toda a comunidade educativa para apoiar as ações e questões relativas ao acolhimento das necessidades educacionais especiais.

2. JUSTIFICATIVA

A inclusão educacional constitui a prática mais relevante no processo de universalização da educação e o curso de especialização em Práticas Educacionais Inclusivas da Faculdade SESI de Educação apresenta contribuições relevantes para aprofundar conhecimentos a respeito do atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais, por meio de conteúdos que aliam a fundamentação e as práticas pedagógicas, oferecendo a preparação necessária para o atendimento inclusivo e integrado.

Justificamos a realização do curso, pois os profissionais da educação estarão aptos a aplicar teorias e metodologias relativas ao público com necessidades educacionais especiais, de forma a desenvolver práticas pedagógicas de forma eficiente e específica.

Os sistemas de ensino têm sido provocados pelas políticas educacionais a se transformarem de modo a atender uma diversidade de perfis de estudantes, baseado no princípio de que a educação é um direito de todos os cidadãos, conforme discriminado no documento da Conferência Mundial de Educação para Todos (Brasil, 1990)³.

No entanto, para assegurar essas condições de aprendizagem a todos, é necessário garantir espaços de formação inicial e continuada de modo a implementar programas desenhados para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de grupos não assistidos.

Todos os cursistas poderão compartilhar suas experiências e competências na concepção e execução de medidas e atividades inovadoras, bem como dialogar com os Mentores de Educação Superior, considerados os pares mais experientes no processo de partilha de saberes, e assim melhorar significativamente as oportunidades e condições de aprendizagem que lhes são ofertadas.

Prieto (2003)⁴ explicita que há diferenciações a respeito das formações dos professores, presentes nos documentos legais, que precisam ser problematizadas e ressignificadas. Na Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001⁵, que instituiu

³ UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.

⁴ E completa: “Para que o professor do ensino comum esteja apto a realizar flexibilizações e adaptações curriculares, qual formação lhe deve ser garantida?” (Prieto, 2003, p. 146).

⁵ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estão estabelecidos o nível de formação e as funções dos professores do ensino comum e especial, considerando tanto os currículos de formação inicial como os cursos de pós-graduação e demais cursos de extensão de formação de professores.

§ 1º. São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;

II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;

III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;

IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. (Brasil, 2001, p. 5).

A este respeito Prieto (2003) questiona o que significa flexibilizar a ação pedagógica? Muitos têm compreendido como mera substituição, simplificação e/ou redução de conteúdos. Ao modificarem-se as formas de avaliação também significa flexibilizar? E completa: “Para que o professor do ensino comum esteja apto a realizar flexibilizações e adaptações curriculares, qual formação lhe deve ser garantida?” (Prieto, 2003, p. 146). Esses questionamentos conduzem ao reconhecimento da necessidade de programas de formação para além da formação inicial, com vistas a atender as orientações legais e as necessidades educacionais específicos do alunado público-alvo da educação especial.

A Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, especifica os requisitos de qualificação para a função de professor da educação especial, e determina diretrizes que exigem:

I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - complementação de estudos ou **pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento**, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio (Brasil, 2001, p. 5, grifo nosso).

É necessário analisar que a possibilidade de formação inicial em Pedagogia com habilitação nas áreas de Educação Especial foi extinta na Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, (Brasil, 2006) reduzindo as oportunidades para formação no ensino superior, restringindo-se aos cursos de Licenciatura em Educação Especial ofertados pela

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), públicos e gratuitos. Ficando direcionada essa formação específica para cursos de pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva apresenta como objetivo a garantia do “acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (Brasil, 2008, p. 8) e que a atuação docente abrange toda esta população em suas diferentes singularidades e tipologias de deficiências, transtornos e talentos, e ainda, considerando que seus objetivos apontam a necessidade de articular vários setores da sociedade e principalmente, as instituições escolares, por meio de seus sistemas de ensino para o cumprimento de condições fundamentais para a inclusão escolar, incluindo a formação de professores como premissa fundamental:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (Brasil, 2008, p. 1).

Encontramos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a especificação dos conhecimentos necessários a atuação de professores na educação especial, a qual menciona: “conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”, com vistas a habilitá-lo na oferta do atendimento educacional especializado, o qual deverá cultivar um “caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular” (Brasil, 2008, p. 17).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, está previsto como obrigatório às instituições que formam professores: “IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais” (Brasil, 2011, p. 2).

A respeito dessa demanda premente e que se renova por décadas, a Faculdade SESI de Educação avalia que os sistemas de ensino necessitam empreender medidas mais eficazes para dar condições de qualificar o trabalho pedagógico desenvolvido na escola inclusiva, e entende que isso “[...] implica em ações políticas de largo alcance, envolvendo financiamento, organização técnica dos sistemas de ensino, melhoria das condições do trabalho docente [...]” (Bueno, 1999⁶, p. 14), e formação continuada.

A proposta deste curso de especialização em Práticas Educacionais Inclusivas - comprometido com o esforço de uma educação inclusiva, interdisciplinar e integradora - vem oferecer, portanto, recursos aos docentes e gestores escolares, não somente para suprir as exigências de um currículo, mas pelo compromisso de desvelar e se colocar no enfrentamento das necessidades reais de uma escola e de uma educação inclusiva.

3. CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

As práticas educacionais inclusivas, no âmbito do curso de especialização da Faculdade SESI de Educação, são compreendidas como abordagens pedagógicas e estratégias que buscam garantir a participação ativa e bem-sucedida de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças individuais, habilidades ou necessidades.

O objetivo fundamental das práticas inclusivas, no contexto deste curso de especialização, é criar um ambiente de aprendizado que promova a equidade, respeite a diversidade e atenda às necessidades únicas de cada estudante.

Apresentamos alguns elementos e conceitos-chave associados às práticas educacionais inclusivas.

Diversidade: as práticas inclusivas reconhecem e valorizam a diversidade presente na sala de aula, incluindo diferenças culturais, socioeconômicas, linguísticas, de gênero, habilidades e necessidades.

Acesso universal: práticas educacionais inclusivas buscam garantir o acesso universal à educação, removendo barreiras físicas, sociais e acadêmicas que possam impedir a participação plena de todos os estudantes.

⁶ BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

Flexibilização curricular: práticas educacionais inclusivas envolvem adaptações no currículo para atender às necessidades variadas dos alunos. Isso pode incluir modificações na apresentação do conteúdo, avaliação diferenciada e estratégias de ensino flexíveis.

Aprendizado colaborativo: práticas educacionais inclusivas incentivam a aprendizagem colaborativa, na qual os estudantes trabalham juntos em atividades que promovem a cooperação, o respeito mútuo e a compreensão.

Avaliação justa: práticas educacionais inclusivas buscam garantir que os instrumentos e os métodos de avaliação sejam justos e apropriados para todos os estudantes, levando em consideração suas habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades específicas.

Ambiente físico inclusivo: práticas educacionais inclusivas criam ambientes físicos que são acessíveis a todos, considerando a disposição do espaço, a iluminação, a acústica e a presença de recursos adaptativos.

Formação de professores: práticas educacionais inclusivas incluem programas de formação e de desenvolvimento profissional para professores, capacitando-os a reconhecer e atender às diversas necessidades dos estudantes em suas salas de aula e escolas inclusivas.

Integração de tecnologia assistiva: práticas educacionais inclusivas incorporam tecnologia assistiva e recursos educacionais especializados para apoiar os alunos com deficiências ou necessidades específicas.

Respeito à autonomia: práticas educacionais inclusivas respeitam a autonomia dos alunos, envolvendo-os ativamente no processo de aprendizagem e promovendo a tomada de decisões informada sobre seu próprio percurso educacional.

Cultura inclusiva escolar: práticas educacionais inclusivas fomentam uma cultura escolar inclusiva, em que todos os membros da comunidade educacional (alunos, professores, pais e funcionários) se sentem valorizados e respeitados.

Flexibilidade pedagógica: práticas educacionais inclusivas apoiam a flexibilidade pedagógica, reconhecendo que diferentes alunos podem precisar de abordagens distintas para alcançar o sucesso acadêmico.

Parceria com pais e responsáveis: práticas educacionais inclusivas estabelecem parcerias colaborativas com pais e responsáveis para compreender melhor as necessidades dos estudantes fora da sala de aula e garantir uma abordagem integrada de apoio.

Ao implementar as práticas educacionais inclusivas, os sujeitos que fazem parte das escolas criam ambientes que celebram a diversidade, promovem a igualdade de oportunidades e preparam todos os estudantes para o projeto de vida de cada um. Essas práticas são fundamentais para construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

4. CONCEPÇÃO DE PROJETOS INTEGRADORES E INCLUSÃO

Projetos integradores e inclusão estão intrinsecamente ligados no contexto educacional. Enquanto os projetos integradores buscam criar oportunidades para os conhecimentos e as habilidades sejam aplicados em situações de uma escola real, exigindo a colaboração das equipes; a inclusão, por sua vez, no contexto da prática, busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Ao combinar esses dois conceitos, os educadores podem criar experiências de aprendizado mais ricas e acessíveis para todos os aprendizes.

Elencamos algumas ideias de como os projetos integradores podem estar alinhados com as práticas inclusivas, entendendo que essas associações não estão estanques e, portanto, podem ser pensadas a partir de outros fatores.

Temas relevantes e significativos: escolher temas para projetos integradores que sejam relevantes e significativos para a diversidade de experiências dos alunos, proporcionando a todos a oportunidade de se engajar e contribuir com base em seus interesses e perspectivas.

Diversidade de habilidades: estruturar os projetos de forma a reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades dos estudantes. Isso pode envolver a designação de papéis diferentes na equipe, levando em consideração as forças individuais de cada aluno.

Acesso a recursos e suportes: garantir que os estudantes tenham acesso a recursos e suportes necessários para participar efetivamente dos projetos. Isso pode incluir materiais adaptados, tecnologia assistiva e apoio individualizado.

Flexibilização de atividades: oferecer flexibilizações nas atividades do projeto conforme necessário. Isso pode incluir modificações no escopo da tarefa, no formato de apresentação ou nas expectativas de tempo, garantindo que todos os alunos possam contribuir de maneira significativa.

Desenvolvimento de habilidades sociais (e socioemocionais): incorporar oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais, como a comunicação eficaz, a resolução de conflitos e o trabalho em equipe. Essas habilidades são valiosas para todos, independentemente de suas características individuais.

Reflexão sobre a diversidade: incluir momentos de reflexão sobre a diversidade durante e após os projetos. Isso pode envolver discussões sobre as diferentes perspectivas trazidas pelos gestores, professores e estudantes, e a valorização da diversidade como uma força na convivência no ambiente inclusivo.

Ao integrar práticas inclusivas nos projetos, os educadores podem criar ambientes de aprendizado que reconhecem e valorizam a diversidade, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional, cultural e afetivo dos estudantes.

Essa abordagem não apenas atende às necessidades individuais, mas também enriquece a experiência educacional para toda a comunidade escolar.

4.1 Articulação dos projetos integradores com os pilares da educação inclusiva

Além das práticas inclusivas que devem e merecem ser adotadas em diferentes contextos escolares, no decorrer do curso de especialização os professores, gestores e demais profissionais da educação partícipes fortalecerão as suas ações interventivas, tendo como referência os princípios da educação inclusiva.

Projetos integradores convertidos em práticas	Princípios da educação inclusiva
<p>1. A educação inclusiva deve fazer parte do dia a dia escolar A educação inclusiva deve fazer parte do dia a dia escolar. Essa é a primeira prática que você deve aplicar em sua escola.</p> <p>2. Dentro da sala de aula: respeite os diferentes ritmos de aprendizado O educador e a educadora serão os mediadores de uma prática inclusiva em sala de aula, pelo caminho do conhecimento.</p> <p>3. Capacite os educadores e coordenadores de sua escola A capacitação de educadores e coordenadores escolares é uma prática inclusiva que deve ser adotada.</p> <p>4. Foque nas competências e não nas dificuldades dos estudantes O educador inclusivo foca nas competências, não nas dificuldades dos estudantes que possuem necessidades educacionais especiais.</p> <p>5. Todos os colaboradores da escola devem debater sobre os desafios da educação inclusiva A educação inclusiva ainda é um desafio. Após a implantação de medidas e práticas inclusivas, a comunidade escolar precisa participar das tomadas de decisão e superação dos desafios.</p> <p>6. Invista em formação continuada À escola, como instituição que se propõe a oferecer uma educação inclusiva, cabe capacitar os profissionais e incentivá-los à consecução dos estudos.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Toda pessoa tem o direito de acesso à educação;• Toda pessoa aprende;• O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular;• O convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos;• A educação inclusiva diz respeito a todos.

Fonte: Brasil (2011), adaptado

Como é possível perceber, são os projetos integradores e as ações nas escolas que garantirão o sentido prático dos princípios da educação inclusiva.

5. PROPOSTAS METODOLÓGICAS DO CURSO

O curso Práticas Educacionais Inclusivas se apresenta na realização de atividades presenciais na Faculdade SESI de Educação, na realização de atividades práticas e presenciais nas escolas em que atuam os cursistas e nos encontros assíncronos promovidos pelos mentores, junto aos cursistas, para a produção processual e significativa do Portfólio, no decorrer das Unidades Curriculares (UCs).

Nesse sentido, as modalidades orientam o desenvolvimento de propostas metodológicas que contemplem leituras dirigidas, dialogadas e reflexivas, assim como propostas de atividades coletivas e individuais, roda de conversa, apreciação de vídeos, filmes e apresentação de trabalhos que sintetizem as questões centrais ou compreensões gerais das unidades curriculares.

O processo avaliativo é contínuo e processual, composto por atividades realizadas nas escolas, a partir de planejamento e de projetos integradores, e pela produção consecutiva de um Portfólio, oportunizada em cada unidade curricular.

6. ESTRUTURA DO CURSO

O curso está organizado em atividades presenciais na Faculdade SESI de Educação, atividades presenciais na escola, Mentoria e desenvolvimento de Portfólio.

Na estrutura proposta, os Mentores atuarão com carga horária de 176 horas distribuídas em 26 horas de mentoria, mais 2 horas de elaboração do Portfólio em cada Unidade Curricular. Na Unidade Curricular Projetos Integradores e Inclusão, a mentoria será desenvolvida em 20 horas (como descrito na Matriz Curricular, item 6.1).

Ao Mentor de educação Superior, cabe ações de coordenar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e da construção do Portfólio dos estudantes matriculados no curso; estimular o estudo individual e em grupo; elucidar dúvidas relativas ao conteúdo e à elaboração do Portfólio; desenvolver atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); avaliar os trabalhos realizados pelos estudantes e enviar feedbacks; interagir com os cursistas e promover a cultura colaborativa. O curso tem tempo aproximado de 18 meses, dividido em três semestres de aulas, conforme quadro organizativo abaixo.

6.1. MATRIZ CURRICULAR

Semestre	Unidade Curricular	Presencial	Mentoria	Portfólio	Total
1	Fundamentos da Inclusão Aula inaugural	-	-	-	-
	Fundamentos e práticas sobre TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)	24	26	2	52
	Fundamentos e práticas sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista)	24	26	2	52
2	Fundamentos e práticas sobre Síndrome de Down	24	26	2	52
	Fundamentos e práticas sobre Paralisia Cerebral	24	26	2	52
3	Fundamentos e práticas sobre Deficiência Auditiva	24	26	2	52
	Fundamentos e práticas sobre Deficiência Visual	24	26	2	52
	Projetos integradores e inclusão (Altas habilidades/superdotação) – Módulo transversal	24	22	2	48
	Neurociência e Inclusão Aula de encerramento	-	-	-	-
TOTAL		168 h	178 h	14 h	360h

6.2 Eixos e Unidades Curriculares

Para a seguridade de condições para a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial, do ensino fundamental e ensino médio, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o curso de especialização em Práticas Educacionais Inclusivas, no âmbito da Faculdade SESI de Educação, insere em seu currículo conteúdos e temáticas relacionadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva, requerendo qualidade com a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em função disso, os eixos e as Unidades Curriculares são apresentados com base na educação inclusiva e na abrangência por grupos de estudantes:

- **Princípios da Neurodiversidade.** Objetivo: trabalhar de forma consistente as peculiaridades dos transtornos e seus desdobramentos na educação. Esse eixo engloba as Unidades Curriculares: Definições de Educação Inclusiva e Educação Especial, Fundamentos e práticas sobre TDAH; Fundamentos e práticas sobre TEA, Elementos Fundamentais e Experiências sobre a Dislexia.
- **Síndromes e Deficiências.** Objetivo: articular diferentes áreas do conhecimento e propostas pedagógicas afetivas para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais. Esse eixo é composto pelas Unidades Curriculares: Conceitos e diferenças Fundamentais: Síndromes e deficiências, Fundamentos e práticas sobre Síndrome de Down; Estratégias integradas em Paralisia Cerebral e Deficiência Intelectual; Abordagens didáticas na Deficiência Auditiva e surdez; Fundamentos e práticas sobre Deficiência Visual.
- **Estratégias de Integração para Altas Habilidades e Superdotação.** Objetivo: identificar, compreender, avaliar e criar estratégias e recursos para um ensino que priorize as capacidades e o protagonismo dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, no âmbito de projetos e da transdisciplinaridade. Esse eixo contempla as Unidades Curriculares: Aspectos Fundamentais e Estratégias para altas habilidades e superdotação, Projetos Integradores e Inclusão.

O quadro a seguir indica a distribuição das Unidades Curriculares nos eixos:

Eixo	Unidade Curricular
Princípios da Neurodiversidade	Definições de Educação Inclusiva e Educação Especial
	Fundamentos e práticas sobre TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade)
	Fundamentos e práticas sobre TEA (Transtorno do Espectro Autista)
	Elementos Fundamentais e Experiências Reais sobre a Dislexia
Síndromes e Deficiências	Conceitos e diferenças Fundamentais: Síndromes e deficiências
	Fundamentos e práticas sobre Síndrome de Down
	Estratégias integradas em Paralisia Cerebral e Deficiência Intelectual
	Abordagens didáticas na Deficiência Auditiva e surdez
	Fundamentos e práticas sobre Deficiência Visual
Estratégias de Integração para Altas Habilidades e Superdotação	Aspectos Fundamentais e Estratégias para altas habilidades e superdotação
	Projetos Integradores e Inclusão (Módulo Transversal)

Convém destacar que o eixo “Altas habilidades ou superdotação”, além de abordar a discussão proposta, retomará as discussões anteriores, articulando-as com os projetos integradores na perspectiva da inclusão.

7. MODALIDADES

O curso se estrutura a partir de atividades presenciais na Faculdade SESI de Educação, atividades desenvolvidas nas escolas em que os cursistas atuam, e atividades de construção do Portfólio, realizadas no decorrer das Unidades Curriculares com o apoio do Mentor em Educação Superior.

Essas atividades diversas e complementares compõem as modalidades apresentadas a seguir:

Atividade	Responsável	Modalidade	Horas
Currículo acadêmico	Docente	Presencial na Faculdade SESI	170 h
Currículo clínico	Mentor	Presencial na escola e na Faculdade SESI	176 h
Produção do Portfólio	Mentor	Assíncrona	14 h

A produção do Portfólio respeitará o cronograma do curso, de estudos e de escrita, previsto para sete encontros, com duração de duas horas, com o auxílio e o acompanhamento do Mentor, sendo um encontro em cada Unidade Curricular, totalizando 14 horas de desenvolvimento textual.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do curso compreende a avaliação da aprendizagem dos estudantes e do ensino, numa perspectiva formativa e dialética. Dessa forma, o processo será contínuo, integrado às atividades desenvolvidas em cada unidade curricular e servirá para orientar as ações dos estudantes, dos docentes e do curso.

A autoavaliação e a avaliação por pares serão também utilizadas como parte integrante da avaliação formativa, possibilitando aos cursistas vivenciarem diferentes papéis na avaliação, ora como avaliados, ora como avaliadores. Privilegia-se nesse processo, o *feedback* qualitativo, de modo que o estudante possa tomar consciência do seu próprio desenvolvimento frente aos objetivos propostos.

Desse processo avaliativo resultará um conjunto de registro feito pelos cursistas, com base nos critérios avaliativos definidos no plano de ensino dos docentes. O curso adotará um **Portfólio**, que deverá ser utilizado como principal instrumento de registro, organização de conceitos e ideias, acompanhamento do percurso de aprendizado, e será considerado a atividade final do curso, privilegiando a discussão durante o estudo de cada unidade curricular.

Para a produção desse material, os cursistas terão acesso a uma unidade curricular no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e estarão em contato direto com os Professores Mentores de Educação Superior, em encontros previstos no calendário acadêmico e na programação da carga horária do curso.

A organização respeitará as seguintes etapas: os encontros serão coletivos, sendo o primeiro, o qual antecede o início das aulas, um momento de acolhimento, apresentação do curso, do calendário de aulas, da organização das unidades curriculares, do objetivo das atividades e da estrutura do Portfólio. As turmas terão encontros com os docentes e presencial com os mentores, ao longo das unidades curriculares, para o apoio e o acompanhamento da elaboração do Portfólio. Ao final, haverá o compartilhamento das produções.

A frequência mínima de 75% por unidade curricular é pressuposto obrigatório para aprovação. Além disso, a indicação de conceito adotada no curso parte do princípio de que os/as estudantes deverão alcançar uma *aprendizagem satisfatória* para que possam avançar para o próximo módulo.

8.1 Certificado

Será concedido o certificado de Especialização em “Práticas Educacionais Inclusivas” para o estudante que for aprovado no curso, conforme seu desempenho no sistema de avaliação.

9. AVALIAÇÃO DO CURSO

Com vistas ao aprimoramento do curso de especialização Práticas Educacionais Inclusivas, será utilizado um formulário on-line como uma ferramenta indispensável para arrolar a percepção dos cursistas sobre o impacto transformador da ação formativa nas práticas inclusivas, assim como os índices de satisfação referentes aos materiais e à utilização pedagógica deles, adquirindo a função de medir de forma qualitativa e quantitativa o projeto pedagógico do curso.

O preenchimento do formulário on-line ocorrerá através do computador ou celular, durante os encontros presenciais, e por isso sem comprometimento da carga horária. A equipe da Supervisão de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão ficará responsável pela realização da avaliação, aplicada duas vezes, ao meio e ao final do curso.

10. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO CURSO

O cronograma de desenvolvimento do curso respeita o calendário do município de São Paulo/SP e da Faculdade SESI de Educação.

11. EMENTÁRIO DAS UNIDADES CURRICULARES

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE TDAH (TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE)

52 horas

Ementa: esta unidade curricular se debruçará sobre a contextualização do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e sua repercussão na aprendizagem, no desempenho dentro da escola e nos ajustamentos das práticas pedagógicas no contexto escolar. Iremos desenvolver e aprofundar nos conceitos e as características com a finalidade de auxiliar na atividade docente e na condução das propostas pedagógicas e de currículo nas escolas. Iremos abordar as dificuldades de aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática e o desenvolvimento de estratégias instrucionais e formativa. Para consolidação da aprendizagem, trataremos de estratégias pedagógicas que irão auxiliar na condução dos trabalhos e na avaliação dos estudantes com TDAH.

Metodologia: os encontros síncronos serão conduzidos pela leitura de textos, imagens e vídeos, previamente indicados. Serão apresentadas propostas pedagógicas inclusivas com a finalidade de provocar redefinição conceitual e organizacional das políticas educacionais voltadas para estudantes com TDAH. Adicionalmente, serão promovidos momentos de interação entre os cursistas para promover o compartilhamento das experiências. Serão estimuladas as produções de sínteses orais e escritas que foram vivenciadas ao longo da trajetória docente. Serão discutidas estratégias e ações que minimizem práticas sociais discriminatórias e excludentes dos estudantes com TDAH.

Referências

- ABRAHAO, N. S.; FANTACINE, R. A. F. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH): desafios e possibilidades frente a sala de aula. **Rev. Research, Society and Development**, v. 6, n. 3, p. 222-236, nov. 2017.
- BARKLEY, R. A. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: TDAH**. Tradução Luiz Sérgio Roizman. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- COSTA, C. R.; MOREIRA, J. C.C; SEBARA-JUNIOR, M. O. Estratégias de Ensino e Recursos Pedagógicos para o Ensino de Alunos com TDAH em Aulas de Educação Física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 111-126, 2015.
- MAIA, M, I, R; CONFORTIN, H. TDAH e aprendizagem: um desafio para a educação. **Revista Perspectiva**, Erechim. v. 39, n.148, p. 73-84, 2015.
- MITJÁNS M., ALBERTINA; T. A. C. C. A.; Maria, C. V. R (Org.). **Possibilidades de aprendizagem:** ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência. Campinas: Alínea, 2011.
- SILVA, G. L. DE; FREITAS, H. E. DE M.; ANDRADE, L. DE S.; MELO, M. F. Caracterização das práticas pedagógicas como ferramenta para o aprendizado de crianças com TDAH. **Pedagogia em ação**, v.2, n.2, p. 1-117, 2010.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)

52 horas

Ementa: nesta unidade curricular, abordaremos os diferentes perfis e potencialidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para tal, mergulharemos nos conceitos e nas singularidades dos estudantes autistas. Para facilitar o atendimento educacional especializado e as práticas pedagógicas inclusivas para alunos autistas, apresentaremos recursos didáticos, novas tecnologias e tecnologias assistivas para auxiliar a condução do trabalho do docente, potencializando o aprendizado e a inclusão nas atividades escolares de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para avaliar a aprendizagem, vamos nos debruçar no desenvolvimento dos alunos com didáticas inclusivas da comunidade escolar com alunos com transtorno do espectro autista.

Metodologia: a unidade curricular apresenta se pautará na leitura de bibliografia especializadas, previamente indicada, voltadas para os conhecimentos gerais e específicos sobre estratégias pedagógicas inclusivas para estudantes com espectro autista, assim para o exercício da docência e a condução dos trabalhos dentro e fora da sala de aula. Abordaremos a temática de maneira interdisciplinar para que cada professor, independente de sua formação, seja capaz de transitar pelas especificidades de ensino efetivamente inclusivo. Para tanto, propomos, além das aulas dialógicas, atividades que demandem a contextualização e a problematização de conteúdos, conceitos currículo e avaliação apropriada para atendimento individualizado. Por fim, será debatido o uso do aparato tecnológico como instrumento potencializador da aprendizagem dos estudantes com espectro autista.

Referências

- CAVALCANTI, A. E.; ROCHA, P. S. **Autismo:** construções e desconstruções. 3 ed. Editora Casa do Psicólogo, 2015.
- COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 3 v, 2004.
- CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar:** ideias e práticas pedagógicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.
- FIGUEIREDO, R. V. de (Org). **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar.** Brasília, DF Fortaleza, CE. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial Universidade Federal do Ceará, 2010. 10 v. (Coleção A educação especial na perspectiva da inclusão escolar).
- GOMES, A. L. L. **Atendimento educacional especializado:** deficiência mental. São Paulo: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007.
- PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A.; COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SCHEUER, C. I. **Deficiência mental leve:** reflexões e posicionamento. São Paulo: CLR Balieiro, 1987.
- VIGOTSKY, L. S. **Desenvolvimento e linguagem.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE SÍNDROME DE DOWN

52 horas

Ementa: esta unidade curricular visa qualificar os profissionais em educação abrangendo uma perspectiva socio-histórica inclusão escolar e as possibilidades educativas, bem como, a compreensão das características específicas dos estudantes com Síndrome de Down. Nesse contexto, nos debruçaremos sobre aspectos genéticos, necessidades físicas, fatores socioemocionais, fisiologia de neurodesenvolvimento. Para avaliação e acompanhamento dos processos cognitivos, bem como das dificuldades de aprendizagem nestes indivíduos, discutiremos estratégias e necessidade da adaptação do currículo e do ambiente escolar em suas diversas possibilidades de educação, para tornar o processo realmente inclusivo para os estudantes portadores da síndrome de Down.

Metodologia: nesta unidade curricular, estimularemos a leitura e a pesquisa de materiais que conceituam a Síndrome de Down e as suas implicações no desenvolvimento da criança e do adolescente. Ao longo dos encontros síncronos, traçaremos um diálogo entre os referenciais teóricos (livros, artigos, estudos de caso) com as experiências prévias, fazendo a junção com a prática como uma ferramenta potencializadora no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes com a Síndrome de Down. Debateremos sobre propostas pedagógicas inclusivas que atendam integralmente as demandas físicas e cognitivas desses estudantes.

Referências

GONZÁLEZ, E.; GONZÁLEZ, M. D. P. Síndrome de Down: aspectos evolutivos e psicoeducacionais. In: GONZÁLEZ, E. *et al.* **Necessidades educacionais especiais.** (Trad. Moraes, D.). pp. 86-99. Porto Alegre: Artimed, 2007.

LIMA, A. C. D. R. **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2016.

PEREIRA-SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. Crianças com e sem síndrome de Down: valores e crenças de pais e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 13 (3), 429-446, 2007.

SILVA, M. F. M. C.; KLEINHANS, A. C. S. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 12, 2006.

SOARES, F. F. **Síndrome de Down: a inserção do lúdico no seu desenvolvimento.** Local: Appris Editora, 2018.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE PARALISIA CEREBRAL

52 horas

Ementa: a unidade curricular destaca, inicialmente, a caracterização da paralisia cerebral, reconhecer as áreas afetadas por essa comorbidade e como a pessoa, como outras, pode desenvolver-se integralmente e socializar-se no contexto escolar. Partindo do princípio de que toda pessoa tem capacidade de aprender e tem direito de aprendizagem, abordaremos estratégias pedagógicas e institucionais especializadas para combater exclusão do processo educativo e que visa potencializar os aprendizados da criança com

paralisia cerebral. Embasada na literatura, discutiremos como desenvolver propostas pedagógicas diferenciadas para promover acessibilidade e o desenvolvimento cognitivo e psicomotor da criança com paralisia cerebral nos espaços formativos interno e externos, ao longo das aulas e, especialmente, nas atividades práticas da educação física deixando-as mais inclusiva e que promova a autonomia física da pessoa com paralisia cerebral. Através de um atendimento educacional especializado, destacaremos os recursos multifuncionais e o uso de novas tecnologias podem auxiliar no processo de ensino-aprendizado e no desenvolvimento de um plano de ensino individualizado e como essas estratégias pedagógicas poderão auxiliar na inclusão e na avaliação das pessoas com paralisia cerebral.

Metodologia: ao longo dos encontros, estimularemos a leitura e a pesquisa de materiais que conceituam a deficiência cerebral e as áreas que podem ser afetadas por essa comorbidade. Partindo do pressuposto que crianças com paralisias cerebrais podem ser acometidas por duas ou mais deficiências apresentadas nas unidades curriculares que já foram trabalhadas, visitaremos o aporte teórico-prático trabalhado ao longo do curso focado no contexto escolar de um estudante com paralisia cerebral. Adicionalmente, dialogaremos sobre os referenciais teóricos (livros, artigos, estudos de caso) fazendo a junção com a prática como uma ferramenta potencializadora no desenvolvimento global das pessoas com paralisia cerebral no contexto escolar.

Referências

ANACHE, A. A; RESENDE, D. A. R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 569-591, 2016.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento Educacional Especializado. Sala de Recursos Multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In.: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011.

CARDOSO, M. **Paralisia cerebral: possibilidades na aprendizagem escolar**. Atendimento educacional especializado, 2013.

DURCE, K. et al., A atuação da fisioterapia na inclusão de crianças deficientes físicas em escolas regulares: uma revisão de literatura. **Revista o Mundo da Saúde**. São Paulo, v.30, n.1, p.156-159, 2006.

FREITAS, M. C. de. **O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência**. São Paulo: Cortez, 2013.

GERALIS, E. **Crianças com paralisia cerebral: guia para pais e educadores**. 2. ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2007.

GERSH, E. O que é paralisia cerebral? In: ELIANE, G. (Ed). **Crianças com Paralisia Cerebral: Guia para Pais e Educadores**. 2 ed. Porto Alegre Artmed, 2007.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.12, n.1, p.85-100, 2006.

MAGALHÃES, R. de C. B. P. **Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente.** Brasília: Liber Livro, 2011.

MANTOAN, M. T. E. R. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017.

MICHELS, M. **A formação de professores de Educação Especial no Brasil: propostas em questão.** Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2017.

MILLER, G. **Paralisia cerebral uma visão geral.** In G. Miller & G. Clark.(Eds.), *Paralisias cerebrais: causas, consequências e condutas.* (pp.1-41). São Paulo: Manole, 2002.

PEREIRA, L. M. F.; CARIBÉ, D.; PEDRO, G.; MATSUDA, D. Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. **Revista Fisioter. Mov.**, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 299-306, 2011.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

52 horas

Ementa: a unidade curricular apresenta subsídios para a compreensão da deficiência auditiva e surdez em seus diversos parâmetros, e capacita os profissionais da educação para a elaboração de um plano de ensino especializado. Para tanto, abordam-se iniciativas de organizações institucionais e estratégias de formação docente que contribuam para a compreensão do processo de escolarização da pessoa surda no Brasil contemporâneo; os procedimentos sobre a escolarização dos estudantes com deficiência auditiva, nos contextos comuns e especiais de educação; os indicadores e as competências para selecionar os recursos e as estratégias adequadas ao ensino desses estudantes; os processos de implementação e adaptações curriculares necessárias para a excelência da aprendizagem. Por meio de uma proposta que alia a fundamentação e as práticas pedagógicas efetivamente inclusivas, propõe-se ao profissional da educação a preparação para o apoio e o atendimento especializado dos estudantes surdos, em prol da construção do conhecimento, do desenvolvimento, da autonomia e da dignidade humana.

Metodologia: os encontros presenciais serão orientados pela leitura de materiais com propostas educacionais e sociais direcionadas à pessoa surda, previamente indicados; pela análise das Diretrizes para a Educação Inclusiva no Brasil e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva; pelo estudo das tecnologias assistivas; pelo mapeamento das necessidades educacionais dos estudantes surdos; pela ressignificação da prática inclusiva. Serão promovidos debates da literatura de referência, estudos de caso, rodas de conversa e de partilha de experiências, produções de sínteses orais e escritas, análises de imagens e vídeos, individuais e em grupos.

Referências

- BUENO, J. G. S. Surdez, linguagem e cultura. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, set. 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e prática da inclusão: Desenvolvendo Competências para o Atendimento às necessidades especiais de alunos surdos**. 2 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- SUELI, F. **Fundamentos para educação especial**. 2 ed. Curitiba: Ibpx, 2011.
- WELTER, G.; VIDOR, D. C. G. M.; CRUZ, C. R. Intervenções e Metodologias Empregadas no Ensino da Escrita e Leitura de Indivíduos Surdos: Revisão de Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 3, p. 459-470, 2015.

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

52 horas

Ementa: esta unidade curricular reúne um conjunto de informações acerca do atendimento educacional à pessoa deficiente visual, com ideias e conceitos para a efetivação de uma ação educativa inclusiva de qualidade. Na busca por uma escola inclusiva, os estudos teórico-práticos contemplam as diretrizes legais acerca da escolarização do estudante com deficiência visual, e seus preceitos principais: como a garantia do acesso e da permanência às escolas inclusivas (independentemente da condição física, intelectual, sensorial ou social); a garantia da acessibilidade. Dentre os aspectos que compõem a garantia da acessibilidade, merecem destaque o piso tátil, a sinalização e a alfabetização em braile, o ensino de orientação e de mobilidade, bem como os recursos de tecnologia assistiva para atendimento dos estudantes com deficiência visual no contexto escolar. Por meio de uma proposta que alia a fundamentação e as práticas pedagógicas efetivamente inclusivas, propõe-se ao profissional da educação a preparação para o apoio e o atendimento especializado dos estudantes com deficiência visual, em prol da construção do conhecimento, do desenvolvimento, da autonomia e da dignidade humana.

Metodologia: análise dos documentos de referência e estudo das políticas públicas que especificam a necessidade de garantir acessibilidade nas escolas e nos demais espaços públicos; desenvolvimento de atividades que contribuam para a construção de uma escola inclusiva. Serão promovidos debates da literatura de referência, estudos de caso, rodas de conversa e de partilha de experiências, produções de sínteses orais e escritas, estudo sobre a acessibilidade dos espaços escolares, individuais e em grupos.

Referências

- BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual**. Da intervenção precoce a integração escolar. Campo Grande: Plus, 1993.

CASTREGHINI, M. I. **Cartografia tátil**: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. Jundiaí-SP: Pacco e Littera Editorial, 2011.

GARCIA, F. M.; BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, 2020.

MACHADO, E. V. *et al.* **Orientação e Mobilidade**: conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual. Brasil: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2003.

MARTIN, M. B.; BUENO, S. T. **Deficiência visual**: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003.

SEE/SC. **Serviço de Produção de Material Didático Adaptado**. Secretaria de Estado de Educação, Fundação Catarinense de Educação Especial. Santa Catarina.

PROJETOS INTEGRADORES E INCLUSÃO

48 horas

Ementa: a fim de contribuir para a construção de uma escola e uma sociedade mais ética, democrática, responsável e inclusiva, os projetos integradores em contexto com a inclusão colaboram para essa edificação social. Na educação, os projetos integradores são abordados para serem compreendidos como fundamentais para o trabalho pedagógico interdisciplinar e contextualizado; como possibilidade de implementação de práticas inclusivas nos espaços escolares e não-escolares; como instrumentos para transformar e adequar o ambiente às pessoas com necessidades educacionais especiais; como ação educativa formativa e afirmativa na comunidade escolar; como ação de flexibilização curricular.

Metodologia: estudo do contexto escolar e levantamento de desafios nas escolas; mobilização de vários parceiros da comunidade educativa para a efetividade de práticas inclusivas para o enfrentamento de situações-problema na educação, no currículo, na formação de professores e nos processos de ensinar e aprender.

Referências

ARAÚJO, R. M. L. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 7).

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1979.

HENRIQUE, A. L. S.; NASCIMENTO, J. M. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **Holos**. Ano 31, vol. 4, p. 123-148.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Revista CEJ**, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004.

PORTFÓLIO

14 horas

Selecionar, ordenar, relacionar e registrar os conhecimentos produzidos nas modalidades do curso (presencial na Faculdade SESI de Educação, presencial na escola e assíncronas), a partir das orientações referentes às práticas educacionais inclusivas.

Fortalecer o debate em torno do conhecimento da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Estabelecer formas de adoção de diferentes registros para a produção do conhecimento nos contextos escolares. Apropriar-se de diferentes métodos de investigação no processo de ensino- aprendizagem.

Objetivos específicos:

- Elaborar um Portfólio ao longo do curso.
- Retomar o processo de escrita como um documento vivo, em constante elaboração.
- Reavaliar as atividades e leituras, fazendo interação e complementando (com ampliação, aprofundamento e reflexão) com o que já foi realizado.

Referências

KRAMER, S.; SOUZA, S. J. (Org.). **Histórias de professores:** leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LARROSA, J. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. 3. ed. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Nota sobre a Experiência e o Saber da Experiência.** Textos - subsídios ao Trabalho Pedagógico das Unidades da Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC. Leituras – SME, julho de 2001.

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de Professores.** Porto Alegre, Porto Editora, 1992.

PRADO, G. V. T.; SOLIGO, R. (Org.). **Porque escrever é fazer história:** Revelações, subversões, superações. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 47-62.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SEED/MEC. ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores:** ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

SOUZA, E. C. Abordagem experiencial: pesquisa educacional, formação e histórias de vida. In: **Histórias de vida e formação de professores.** Salto para o Futuro – TV Escola. Boletim 01, março 2007.